

## Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Aldacir  
Oliboni



Atena  
Roveda



Cláudia  
Araújo



Gilvani  
o  
Gringo



Hamilton  
Sossmeier



Psicóloga  
Tanise  
Sabino



### 023ª COSMAM 03JUN2025

**Pauta:** Central de Interpretação de Libras e Atendimento em Saúde.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** (10h13min) Bom dia, bom dia a todos, sejam todos muito bem-vindos à nossa reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a COSMAM. Sou Tanise Sabino, sou psicóloga, vereadora e presidente desta comissão. Já está conosco, nesta manhã, o Ver. Hamilton Sossmeier, que é o proponente desta pauta; está conosco o Ver. Aldacir Oliboni, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, minha vice-presidente; o Ver. Luky Vieira, que está representando o Ver. Gilvani o Gringo, que está em licença; e está também conosco um convidado especial, um colega, Ver. José Freitas, que foi membro desta comissão por muitos anos e hoje veio nos prestigiar.

Então, quero dizer que a nossa pauta de hoje é sobre os dois anos da Central de Intérpretes de Libras – CIL. De imediato, já quero convidar para compor a Mesa os nossos convidados. Na medida em que eu for chamando, já podem tomar um lugar aqui à Mesa: a Sra. Alessandra Rosa Goulart, que é intérprete de libras e representante da Central de Intérpretes de Libras – CIL, seja bem-vinda; a Sra. Maria Cristina Laguna, que é diretora administrativa da Feneis, seja bem-vinda; o Sr. Diego Silva da Silva, representando a comunidade surda e um dos idealizadores da CIL; a Sra. Giselle Hübbe, presidente do Conselho

Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Comdepa; o Sr. William Cabral Tempel, coordenador da Coordenação de Direitos das Pessoas com Deficiência, da Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social; e Geórgia Volkmer, representando a área técnica da pessoa com deficiência, da Secretaria Municipal de Saúde. Quero também saudar aqui, de forma especial, as nossas intérpretes: Ana Alice Ferreira e Luciana Côrte Real. Sejam bem-vindas. Então, hoje vamos tratar sobre esse tema, os dois anos da Central de Interpretação de Libras, a CIL, que, inclusive, foi um projeto de lei do Ver. José Freitas, que está conosco aqui. Essa pauta é do nosso Ver. Hamilton Sossmeier. Então, quero dizer que o objetivo dessa reunião de hoje é realizar uma análise sobre os serviços prestados pela CIL, nesse período, com foco específico nos atendimentos realizados na área de saúde. Temos alguns dados que já revelam que são mais de três mil atendimentos nesses dois anos. Então, vamos discutir os avanços, os desafios enfrentados e, sobretudo, a experiência de quem atua diretamente nessa rede. A partir desse diálogo, buscamos, então, identificar oportunidades de melhoria e fortalecer o compromisso com a acessibilidade e o atendimento adequado à população surda no sistema público de saúde. Então, neste momento, vou passar a palavra para o nosso proponente da pauta, o Ver. Hamilton Sossmeier.

**VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE):** Bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui a nossa presidente Tanise Sabino e demais vereadores que estão aqui conosco, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, o Ver. Luky, o Ver. Aldacir Oliboni, o Ver. José Freitas, que é proponente dessa lei. E também, ao mesmo tempo, já antes de nós começarmos, quero parabenizar a nossa aniversariante do dia, que é a Ver.<sup>a</sup> Tanise Sabino. Meus parabéns. (Palmas.) Este momento tão especial aqui de nós trazermos esse tema, nós vamos estar ouvindo nossos convidados, antes deles vamos ouvir os vereadores. Mas eu quero dar um breve histórico do funcionamento. A inauguração começou em 19 de maio de 2023, portanto, dois anos de atuação e seus atendimentos na área da saúde. O início dos atendimentos começou no dia 22 de maio de 2023. O local é na Federação

Nacional de Educação e Integração dos Surdos, na Feneis; e o horário de funcionamento, a título de informação, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Daí tem os números do WhatsApp e acionamento via videochamada, por *smartphone*, computador, *tablet*, *notebook*; e há uma parceria com o governo municipal e também com a Feneis. O plano de trabalho é executado conforme a proposta apresentada na Prefeitura, via Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Humano, do qual nós estaremos depois também ouvindo o William. E alguns dados interessantes do atendimento: em 2023, foram 1.799 atendimentos; em 2024, 1.369. Portanto, mais de três mil atendimentos, o que é um número significativo. Só neste ano já são 787 atendimentos totais; 365 foram na área da saúde, representando cerca de 46,37%. São alguns dos dados, e ressaltamos também a importância do serviço para a saúde da comunidade. Porto Alegre tem aproximadamente 80 mil pessoas com deficiência auditiva – dados recentes pelo Censo. A CIL permite a comunicação ágil e acessível, garantindo dignidade, autonomia e segurança nos atendimentos. É fundamental na área da saúde, pois está fortalecendo o vínculo do paciente surdo com o serviço do qual, muitas vezes, sua vida depende. O acionamento pode ser imediato ao chegar ao serviço ou agendado, como consultas médicas. Parabéns também a Feneis-RS pelo trabalho incansável na defesa da comunidade surda. Nós não poderíamos deixar de fazer esse destaque pela consolidação da CIL como instrumento de empoderamento e dignidade. Então, tem uma relevância muito importante, de uma política pública exemplar e de alta relevância social. Na saúde, representa quase a metade dos atendimentos realizados, a CIL, pelo seu trabalho, e é um modelo de inclusão que merece ampliação e também fortalecimento. Para nós, aqui como COSMAM, integrantes da COSMAM, é um privilégio muito grande trazer a CIL para apresentar o seu trabalho, e a gente fazer depois, no final, os encaminhamentos.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Seguindo então, vou passar a palavra para o nosso Ver. José Freitas, para a sua saudação inicial.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Bom dia a todos, cumprimento a Mesa, os colegas vereadores – estou com saudade desta comissão aqui –, mas, enfim, cumprimentar o Ver. Hamilton Sossmeier por ter trazido essa pauta tão importante. Os números aí revelam. Vocês imaginem, com certeza, são mais de 80 mil pessoas com deficiência auditiva e, na verdade, esses números aí que chegaram até a CIL – Central de Interpretação de Libras –, que foram atendidos pela CIL, é um número expressivo, mas muito longe ainda daquilo que tem que ser alcançado, que são essas milhares de pessoas. Então, vamos pensar o seguinte, quantas não estão sendo atendidas pela CIL, então, essa é a luta nossa.

Cumprimento o Diego, o William, representando aqui a Prefeitura, desde o início da CIL, ele luta, lutou desde o outro governo, no governo Marchezan, ele já lutava pela implantação da CIL, e aconteceu.

Quero mostrar para vocês aqui o quanto eu tenho lutado e esta Casa aqui, algumas leis que eu já tenho aprovadas, e luta continua. Por isso que eu fiz questão de vir aqui para registrar para os colegas vereadores a importância. Então, desde 2016, eu abracei essa causa, e tenho muito orgulho, então, de ser o autor que fez acontecer a criação da CIL, através da Lei nº 3.368, de 2023. Também cria a Semana do Surdo na capital, uma lei de minha autoria que os colegas vereadores ajudaram a aprovar, Lei nº 12.743, de 2020, a criação da Central de Intérpretes, foi em 2020. Lei nº 13.753, de 2023, garantimos que gestantes surdas possam ter acompanhamento de intérpretes de libras durante o pré-natal e o parto. Recentemente, incluí na minha lei da central, uma alteração que eu fiz, o direito de intérpretes de libras acessar órgãos públicos quando solicitado. Olha o detalhe, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, o intérprete, ele é impedido, é isso que nós temos que lutar. Essa é a luta da CIL, a luta das sociedades surdos. O intérprete é barrado, muitas vezes, nos nossos órgãos municipais. Isso é muito grave, e nós temos que lutar para mudar isso aí. Outra lei minha, Lei nº 13.320, de 2022, que traz obrigatoriedade na presença de intérpretes de libras em eventos da Prefeitura. Isso não está acontecendo. Além do projeto de acessibilidade de pessoas surdas ou com deficiência auditiva a cargo ou

emprego provido por concurso público. E tenho lutado, por isso que eu fiz questão de vir aqui, é uma luta que tem que ser de todos nós, de todos nós. Estão aí os números, veem a importância da CIL. A importância de ter criado a CIL, de estar funcionando, porém, nós temos que trabalhar para ela ser de domingo a domingo, 24 horas. O que os intérpretes fazem? Eles trabalham voluntariamente, no final de semana, da sua casa e vão lá voluntariamente atender no hospital, no posto de saúde, na delegacia, é o que eles fazem. Eles vão voluntariamente depois das 18h, para não deixar mal essas pessoas que precisam. Quando o surdo chega lá no atendimento, muitas vezes não tem o intérprete, e, quando tem, muitas vezes é barrado. E nós temos que mudar essa realidade.

Então, qual é a nossa luta agora? Para ser 24 horas, de domingo a domingo. Eu tenho ajudado da forma que eu posso, através de leis, através de emenda impositiva, mas tem que ter aí um olhar especial para a Prefeitura, porque não são mil pessoas, não são 3 mil, são mais de 80 mil pessoas em Porto Alegre, milhares estão desassistidas, e isso é muito grave. Quando um surdo, ou principalmente uma mulher, que precisa de mais... é mais sensível, precisa de mais exames. Na verdade o homem precisa também, desculpem a expressão, mas o homem é mais relaxado. Eu tiro por mim, de ir a médicos, essa coisa toda. Mas a mulher, enfim, para os seus exames que têm que fazer regularmente, muitas não vão porque não têm um intérprete, e acaba, muitas vezes, o seu problema se agravando, e até muitas entram em óbito porque não têm um atendimento ainda com excelência, porque falta ser 24 horas, falta ampliar esse horário. E essa é a nossa luta. Enquanto eu estiver aqui, nós vamos estar lutando por isso. Então, obrigado pelo espaço. Eu fiz questão de vir aqui só para passar um pouquinho desse anseio que eles têm, que eu tenho, e acho que toda esta Casa tem que abraçar essa causa. O William está aí, o William é uma pessoa que está lá, faz chover, tanto é que fez acontecer a CIL. Está aqui a pessoa que, dentro da secretaria, fez acontecer. Então, muito obrigado. Que Deus abençoe todos vocês grandemente. A luta continua e estamos juntos. Obrigado.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Muito obrigado, vereador. Dois colegas aqui da Mesa também pediram a palavra, o Ver. Luky e o Oliboni, mas o Oliboni pediu primeiro; vou passar a palavra para ti, Oliboni.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** A minha saudação especial aqui aos colegas vereadores, aos nossos convidados e ao público que está acompanhando a nossa reunião da COSMAM. Eu tenho essa ansiedade, indignação, que nem o Ver. Freitas colocou aqui, o autor da Central de Libras, porque nós aprovamos muitas leis aqui e elas não são reconhecidas em tese, não são aplicadas. Eu sou autor da Lei nº 2.516, que obriga a tradução para a Libras – língua brasileira de sinais, em todas as transmissões realizadas pela TVCâmara, onde nós estamos. Na época, o presidente era o Valter Nagelstein. Para os senhores terem uma ideia, faz já...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Isso que eu quero dizer. Aqui, neste momento, poderiam ter dois servidores públicos fazendo a interpretação da nossa reunião. Hoje, o Freitas acaba de dizer, é o voluntariado que o faz. Então, nobre presidente Tanise, Hamilton, V. Exa. que é proponente desta reunião, eu gostaria que saísse aqui um encaminhamento da comissão, das entidades, de que a Câmara aplique a lei. Tem orçamento, tem toda a estrutura disponível, mas não tem vontade política, essa é a grande verdade, de quem é presidente e passa por esse processo. Então, nesse sentido, só fazer esse registro, porque nós precisamos da interpretação em todas as sessões: sessões de Câmara, reuniões aqui, jornal da Câmara, e uma infinidade de ações, audiência pública, tem que ser institucionalizado na Câmara. Está aqui a lei, a lei não é cumprida. Então, nesse sentido, eu gostaria que os colegas pudessem ajudar. E, tanto a tua, como tantas outras, se nós tivemos uma unanimidade na aprovação da lei, por que não executá-la? Por isso me somo essa luta. Muito obrigado.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Ver. Luky.

**VEREADOR LUKY VIEIRA (REPUBLICANOS):** Bom dia a todos; bom dia, presidente Tanise, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, Ver. Hamilton, Ver. Oliboni, Ver. José Freitas. Como vocês sabem, eu sou suplente de vereador, estou substituindo o Gringo, e eu vim da rua, e, quando a gente vem da rua, nós ouvimos quais são as pautas. E a primeira pauta que me veio na cabeça foi a seguinte: e final de semana, como vai funcionar? Ou não funciona? E o Ver. Freitas me contemplou com a sua fala. Então, é muito importante que a gente faça como encaminhamento sobre o final de semana, para que sejam feitos os atendimentos. É uma quantidade gigante de pessoas. Essa central é importantíssima. Eu, particularmente, tenho um tio que é mudo, então, esse meu tio... A gente sofreu muito, a família, estou falando há 40 anos, porque a gente não tinha como ter esse contato, não sabia. A gente fazia outros tipos de sinais que ele identificava, que ele entendia. Então, a gente precisa muito dar esse encaminhamento, eu acho que é importantíssimo. E eu só queria contemplar mesmo o que o Ver. Freitas falou sobre o final de semana, que foi a primeira pauta que me veio na cabeça. Muito obrigado. Bom dia a todos.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Muito obrigada, vereador. Passar a palavra agora para a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Bom dia a todas e todos. Cumprimentar a nossa presidente Tanise, cumprimentar meus colegas vereadores, Luky, Hamilton, Freitas, Oliboni e a todos que estão aqui conosco. A gente está falando de inclusão, a gente está falando de inclusão, a gente está falando de respeito a uma deficiência. Mas a gente tem dois tipos dentro dessa deficiência: as pessoas que nascem surdas e os idosos que ficam surdos – então, a gente tem que falar sobre isso também. E aí, eu me preocupo muito com a questão da saúde, da nossa saúde pública, quando a demora é muito grande para os aparelhos de surdez. A gente tem uma demanda represada muito

grande, e eu sei, por experiência de várias pessoas que eu conheço... Inclusive, esse final de semana, eu estive no Brique, a gente estava com a banca do esporte, e eu visitei um expositor do Brique que é surdo e que não está tendo acesso ao aparelho. A gente tem o responsável aqui da Inclusão também, deve ter algum contato com a Saúde. E eu gostaria de saber, gostaria de informações de como fazer essa fila andar. O que trava isso? Por que a gente não consegue que essas pessoas tenham acesso? Porque isso tem que ser de imediato, isso é vida, isso é dignidade, isso é respeito, isso é tudo que a gente pode trazer de importante. Então, eu acho que a comunicação, que é o que foi falado até aqui, é importante, para que as pessoas tenham esse acesso, mas também é importante que as pessoas tenham autonomia. Porque, se eu tiver um aparelho, eu sendo surdo hoje, nem sempre eu preciso só da questão das pessoas, dos intérpretes de Libras, que são extremamente importantes, mas que, em alguns casos, eu não preciso ter. Se eu for caminhar na rua, se eu for andar de ônibus, se eu for a uma consulta, até chegar lá eu preciso me comunicar e eu preciso que o aparelho esteja disponível. Então, eu acho que esse é um ponto bem importante que a gente precisa falar. E trazer a informação, que a secretaria de Saúde, que a secretaria de Inclusão traga a informação para essas pessoas de como elas fazem para acessar e ter direito a esses aparelhos. Obrigada.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Ok. Após as falas dos colegas vereadores, então, vamos abrir para os nossos convidados. Nossa primeira convidada é a Alessandra Goulart, intérprete de Libras e representante da Central de Interpretação de Libras, a CIL. A Câmara pede sempre que fale o teu nome completo, o teu cargo, para fins de notas taquigráficas.

**SRA. ALESSANDRA DA ROSA GOULART:** Bom dia. Eu sou a Alessandra da Rosa Goulart e estou coordenadora da Central de Libras, sou intérprete de Libras há mais de 15 anos. É uma satisfação estar aqui com vocês e trazer esse serviço da Feneis – já foi contemplada a grande importância do serviço que presta. Eu só quero confirmar quem é que vai passar os *slides* para mim, por favor. (Pausa.)

(Procede-se à apresentação.)

**SRA. ALESSANDRA DA ROSA GOULART:** Bom, já foi falado de como funciona a CIL, que é das 8h às 18h, é um serviço virtual. Nós temos ali um aplicativo, que é o WhatsApp, que é simples de ser usado, e isso contempla principalmente os surdos da terceira idade, as pessoas surdas que não têm um aparelho tão específico, tão tecnológico com um aplicativo simples. Entretanto, todo o processo de trabalho é bem cuidado. Pode passar, por favor.

A gente faz, a partir dos atendimentos, um relatório para entregar à Prefeitura para fazer esse levantamento de onde estão essas pessoas surdas, que área que mais é chamada. E aqui está uma das grandes questões, que é a área da Saúde. O principal foco do atendimento da Central é a área da saúde; um serviço que foi tomado principalmente pelo movimento, pela luta da comunidade surda, que chega a essa luta, e a conquista da lei, a conquista da criação, para que a gente possa ter dados. Então, hoje, a gente está aqui, eu escuto vocês falando e vejo a importância que vocês trazem com a questão de dados. Então, se é de dados que a gente precisa... Porque lei e vontade, eu vejo que todos estão aqui querendo, e temos leis, mas, agora, a gente também tem dados para falar dessa importância de garantir essas leis. Pode passar, por favor.

A gente também faz uma estimativa da questão de serem homens, de serem mulheres, de quantas pessoas surdas. Quando fala das pessoas ouvintes, fala dos servidores que estão nesses espaços que também estão utilizando o serviço da CIL, porque é um serviço que tem que ser pensado não só para a comunidade surda, mas para esse agente que está lá do outro lado, que não sabe falar em língua de sinais e que precisa desse serviço. A gente pensa que a contemplação do serviço de uma central de Libras é só para a comunidade surda. Sim, é óbvio que é, porque ele tem que ter esse acesso por direito; entretanto, quem precisa de um intérprete de Libras são as pessoas ouvintes, são esses agentes que estão nesses espaços e que precisam se comunicar. E a gente vem vendo crescer essas pessoas ouvintes ligando e solicitando esse serviço da CIL. Pode

passar, por favor. O serviço da CIL tem uma responsabilidade muito grande com a Prefeitura, com os cidadãos, porque a gente faz esse levantamento, a gente tem termo de confidencialidade, porque o que esbarra quando a gente for entrar nas intercorrências, as questões são ditas e são negadas pelos próprios agentes. Os médicos, muitas vezes, não querem aceitar a ligação, preocupados que é por videochamada, preocupados em quem são esses intérpretes. E aí, gente, foi falado aqui sobre essa questão do voluntariado. Ainda é muito visto o nosso serviço de intérprete de Libras como um serviço assistencial, só que a nossa profissão é regulamentada, a gente tem formação para isso, tem conduta de ética, então a gente passa por uma questão também de dúvida: Quem somos nós. E isso bate muito na falta do conhecimento de qual é a execução desse profissional.

Quando a gente fala de atendimento humanizado, eu estou falando de uma atenção a esse sujeito surdo, que, além de a gente fazer o processo de interpretação, é informá-lo de toda a acessibilidade e o direito que ele tem por lei. Por exemplo, foi falado sobre a mulher surda gestante, que a gente tem por contemplação agora a questão de lei. Muitas vezes nem ela sabe, então a gente faz todo um processo de orientação não só com ela, até mesmo com o hospital, onde a gente entra em contato com o pessoal da assistência social para falar da lei, para falar dessa garantia, e eles entenderem que esse profissional não pertence a essa rede de um apoio afetivo que essa pessoa surda precisa. Porque vem com a questão do número, só pode até duas pessoas; mas é a pessoa grávida, a pessoa afetiva dela e o profissional que tem por direito poder estar ali. Todo mundo trouxe aqui a importância das 24 horas, como é que a gente faz esse atendimento depois das 18h, desse profissional, e uma das questões que eu peço aqui é que vocês informem a esses profissionais, que deem capacitação para esses profissionais, e eu não estou falando capacitação em língua de sinais, mas da sensibilidade de entender, do conhecimento, do processo da lei. Hoje o serviço está aqui, a lei está aqui, vocês estão aqui, então a gente está aí com 50%. E o que são os outros 50%? A nossa grande problemática é a falta de conhecimento. A gente sofre com a falta de conhecimento do sujeito que vai

atender, a comunidade surda que vai ligar, e essa pessoa, a enfermeira – e isso eu estou falando do foco da área da saúde –, o médico que se nega a atender, que não tem a paciência. Aqui eu trouxe um dos principais fatores que a gente precisa pensar, porque assim como a gente tem muita gente da saúde que faz com certeza o seu melhor, a gente também tem muita gente que não faz.

A gente passou por uma situação em uma unidade de saúde em que a pessoa surda mostrou o celular, disse: “Olha, tem essa central aqui, vou ser atendida”, e os agentes não quiseram, disseram: “Não, não precisa, eu escrevi pra ti.” Daí ela disse: “Não, não.” E o não dela... Porque a gente tem que pensar que nessa comunidade surda, assim como a comunidade ouvinte, nós temos diferentes pessoas que são semianalfabetas, e quando a gente fala da língua de sinais, tem uma diversidade, não tiveram tantas oportunidades, e elas se sentem constrangidas quando a pessoa quer fazer um atendimento, quer ser por escrito ou quer tentar se comunicar de qualquer forma, enquanto tem o serviço.

A gente falou da lei que tem, a gente falou do serviço que tem, e aí onde é que a gente esbarra? Esbarra na questão de as pessoas não quererem acessar. E é simples assim, as pessoas não estão tendo paciência, as pessoas não estão querendo utilizar o serviço, e isso complica, porque quando a gente vai discutir, a gente fala o quê? Tem lei, tem o serviço, então por que isso não está acontecendo? E aí quando a gente consegue, tem a questão das consciências das pessoas. Infelizmente, quando a gente vai lá, já no início, acho que na formação desses profissionais, infelizmente, se fala pouco sobre atendimento com a pessoa com deficiência. O nosso foco é a questão da surdez, e quando a gente fala de língua de sinais, eu sei que todo artifício é importante, só que a gente está falando especificamente da pessoa que, com aparelho ou não, é usuária da língua de sinais, precisa do profissional qualificado, formado, para fazer esse atendimento. É óbvio que a conscientização, oficina de Libras, curso de Libras dentro desses espaços são importantes, claro que são, para um primeiro atendimento, não para uma questão de atendimento específico quando a gente fala da língua, quando a gente fala de medicação.

Quando se fala dessa questão específica da linguagem médica, a gente sabe o quão complexa e o quanto muitas pessoas ouvintes não conseguem entender. E aí a gente vai passar para a questão da língua de sinais, que precisa dessa pessoa formada para conseguir passar todas as informações. E a gente acha que dá, que sempre dá um jeito, sempre consegue fazer uma estratégia, só que a gente às vezes não pensa nessas consequências, nas consequências de uma informação mal passada, da utilização de um profissional não qualificado, e isso gera óbito; só que não gera óbito na hora, gera depois, e aí isso não é contabilizado.

Acho que, para falar da CIL, uma das principais coisas seria isso. Não é só o processo de atendimento, não é só a questão do serviço, porque acredito que todos que estão aqui entendem da importância, entendem da questão da acessibilidade, entendem que já existem leis. A questão é a gente trabalhar com a conscientização que é necessário, sim, utilizar esse serviço nesses espaços. É isso. Obrigada.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Ok. Muito obrigada, Alessandra. Agora passo a palavra para Maria Cristina Laguna, diretora administrativa do Feneis.

**SRA. MARIA CRISTINA LAGUNA:** Bom dia a todos e todas. Maria Cristina Laguna. Estou como diretora administrativa da Feneis, Rio Grande do Sul. Como foi dito aqui, a Feneis é o órgão de representação máxima da comunidade surda. Todas as lutas... Nós estamos aqui no Rio Grande do Sul desde 1987, e a gente vem numa luta constante de garantia de direitos da acessibilidade da comunidade surda. Quando a gente fala especificamente da área da saúde, vou trazer aqui alguns relatos que acho que vocês podem entender. Eu também sou CODA, sou filha de surdos, e a minha infância inteira foi de acompanhar os meus pais em consultas médicas. Acompanhei minha mãe em consultas ginecológicas e obstétricas, e eu tinha apenas nove anos. Quantas crianças mais terão de acompanhar suas mães em consultas ginecológicas e obstétricas? Por muitas

vezes eu tive que acompanhar o meu pai em consultas médicas, onde ele estava apenas com uma tossezinha, o médico suspeitava de uma tuberculose, mas eu não sabia o que era tuberculose. Eu era muito pequena para entender o que era tuberculose. A questão da saúde, isso mexe não só com a pessoa surda, pelo fato de ela estar acompanhada de seu filho pequeno, porque aquele espaço não oferece a ela acessibilidade. Uma mulher, quando está em trabalho de parto, ela está num momento de sensibilidade, de fragilidade tão grande que ela precisa da sua pessoa afetiva. E a equipe entender que: Não, precisamos dar apenas um acompanhante, que é o intérprete. O intérprete não é o acompanhante. O intérprete é um profissional que estará ali mediando a comunicação, perguntando a ela se ela está se sentindo bem. A pessoa afetiva dela é a pessoa da escolha dela. Então, a gente passa por uma questão de sensibilidade e de atendimento humanizado. Quando falamos de atendimento humanizado, é oportunizar a essa pessoa um conforto durante as suas consultas. É absurdamente desconfortável para a pessoa surda ter que se comunicar através de um papel. Primeiro, porque nem todas as pessoas surdas são alfabetizadas. A maioria delas são pessoas analfabetas; elas não sabem ler e escrever. Elas fazem uso da língua de sinais. E nem sempre elas sabem a língua de sinais. Elas usam sinais caseiros, como o seu tio. E os sinais caseiros muitas vezes exigem do profissional um esforço muito maior para entender. E é por isso que, na nossa central, nós temos um profissional surdo, um profissional tradutor e intérprete surdo, que é justamente para poder lidar com essas pessoas que não têm alfabetização em língua brasileira de sinais. Porque isso pode acontecer. Nós temos um público muito grande. O aparelho auditivo não é garantia para as pessoas surdas. Muitas pessoas surdas possuem uma surdez profunda que o aparelho auditivo permite a elas apenas o barulho de sons, não de palavras. Então, temos que saber separar esse público; esse público que consegue fazer uso do aparelho auditivo e ter como forma de comunicação. Então, ele está de aparelho auditivo, ele consegue ouvir. Não. Veja bem. O aparelho auditivo, sim, auxilia, orienta, mas ele não é garantia de comunicação. A pessoa surda precisa, sim, da presença do intérprete de Libras. No entanto, nós temos algumas

situações em que os nossos intérpretes da CIL, por muitas vezes, tiveram que deixar o atendimento virtual e fazer o atendimento presencial. Porque, em algumas situações, era urgente. Um rapaz surdo que foi acidentado, que sofreu um acidente, foi a um hospital, um hospital municipal, ele estava nesse hospital, ele havia quebrado o óculos dele, ele não estava conseguindo... O celular dele também quebrou. Quando, primeiramente, a equipe havia entendido que havia uma deficiência intelectual nesse rapaz, porque ele era também de face disforme. Então acharam que ele deve ter uma deficiência intelectual. Até que foi avisada a família, a família conseguiu entrar em contato com alguns intérpretes, foram lá, a CIL entrou em contato, descobriu a presença desse rapaz lá, e tudo o que ele precisava era de um intérprete presencial, porque o telefone dele havia quebrado, ele não estava usando óculos, o que precisava que fosse de muito perto. Então, o que aconteceu? Os nossos intérpretes, voluntariamente foram ao hospital, fizeram, embora não estivessem previstos no contrato. Eles foram, porque a gente também prioriza o atendimento humanizado. E a gente se preocupa muito, especialmente com pacientes que precisam de acompanhamento psicológico, que precisam de acompanhamento psiquiátrico, que precisam de acompanhamento obstétrico, surdos que estão hospitalizados. Nós estamos falando aí de uma diversidade dentro da saúde que exige, sim, a presença de intérpretes de libras na forma presencial e não na forma virtual. Isso é uma grande demanda que existe. A gente tenta, dentro das nossas possibilidades, atender.

Existe também uma série de situações que, às vezes, a gente precisa pensar assim: bom, mas o município de Porto Alegre iniciou, teve uma iniciativa, o que é muito interessante, e eu gostaria de trazer para vocês aqui. Nós temos, no nosso Estado, 497 municípios. Desses 497 municípios, sete disponibilizam o atendimento através da Central de Interpretação de Libras. Apenas três, de forma presencial: Santa Cruz, Horizontina e Alvorada. Se nós temos, só em Porto Alegre, 80 mil surdos, quantos nós temos no Estado? Então, sim, Porto Alegre deu um passo muito importante, grandioso, e a gente só espera que, daqui para frente, ele se expanda, porque a Feneis está aqui desde 1987 dizendo para

vocês que, sim, os surdos precisam de intérpretes de libras. Os intérpretes de libras são profissionais formados com capacidade, com competência, com habilidades, com todo um princípio ético. Então, assim como o médico, ele tem... Muitas vezes a gente ouve a frase assim: “Não, mas, eticamente, eu não posso ter uma terceira pessoa no meu atendimento, porque eticamente tem que ser eu diretamente com a pessoa”. “Mas você sabe libras?” “Não, mas eu escrevo aqui para ele, eu falo bem devagarinho para ele fazer leitura labial”. Olha o quanto isso é desconfortável para essa pessoa, isso é uma violência. Sem querer, alguns dos nossos profissionais cometem essa violência. Então, está na hora, na verdade, de sensibilizar e conscientizar esses profissionais de que, em alguns momentos, há a necessidade de se abrir mão desta ética, da relação paciente-médico, e, sim, ter uma terceira pessoa que é um profissional formado e que também tem toda a sua composição ética para fazer esses atendimentos.

Então, estamos aqui dialogando sobre isso e pensando em como vamos expandir, estender esses serviços de forma realmente a contemplar. Sabemos que é longa a estrada, mas já demos o passo inicial. Daqui para frente, não podemos recuar mais. Então, daqui para frente, o que vamos fazer? O que vamos priorizar? Nós, Feneis, entendemos que a prioridade é atendimento 24 horas, porque uma criança não tem horário para chegar. Ele não chega entre oito da manhã e seis da tarde. Uma criança pode vir na madrugada, pode vir no final de semana. Violência doméstica nem sempre acontece das oito da manhã às seis da tarde. Às vezes, pode ser na madrugada, pode ser num final de semana. Então, precisamos priorizar esses atendimentos, que se estenda para 24 horas, e que sejam, em sua maioria, atendimentos presenciais, principalmente esses atendimentos mais sensíveis, onde encontramos pacientes ou pessoas surdas em situações de vulnerabilidade, fragilidade. Então, é pensando nisso, e agradecemos esse momento para conversarmos sobre o quanto a CIL atua de forma séria e o quanto ela ainda pode vir a contribuir junto a toda a necessidade que a pessoa surda estiver.

Neste momento, penso que a Câmara de Vereadores tem também as suas fragilidades. Quando falaram aqui que tem que garantir o intérprete de libras em

seus eventos, tem que garantir o intérprete de libras, porque está garantido na TV, mas os surdos também querem chegar aqui, eles também querem conversar com vocês, vereadores, e eles não têm como conversar com vocês porque não têm intérpretes aqui. A partir do momento em que a gente põe esse profissional à disposição, vocês podem ter certeza, vêm muitos surdos aqui, todos eles pedindo uma coisa, todos eles com demandas diferentes, porque é uma comunidade, é uma sociedade, e cada um deles tem uma demanda diferente, e eles têm os seus favoritos, eles querem falar com esse ou aquele vereador. E, muitas vezes, eles têm que trazer um parente, ou têm que trazer um intérprete voluntário, porque a Câmara não oferece. Então, isso também é importante que vocês, enquanto trabalhadores desta Casa, pensem na acessibilidade aqui, começando por aqui.

Mas a nossa pauta principal é estender o serviço da CIL, e vamos pensar daqui para frente como fazer. Eu agradeço o momento. Muito obrigada. Uma boa reunião para todos nós.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Muito obrigada, Maria Cristina. Lembrando a todos que estamos ao vivo pela TVCâmara, Vou passar, neste momento, a palavra para Diego Silva, representando a comunidade surda e um dos idealizadores da CIL – Central de Intérpretes de Libras.

**SR. DIEGO SILVA DA SILVA:** (Pronunciamento em Libras. Interpretação simultânea.) Primeiramente, eu agradeço o convite. Meu nome é Diego Silva. Eu sou representante da comunidade surda. Cumprimento a todos na Mesa, o Ver. José Freitas, que eu já conheço, trabalho junto há bastante tempo, e foi o idealizador da Central de Libras. Também cumprimento cada um na Mesa. Eu sou surdo e moro sozinho. Eu tenho duas filhas e, às vezes,... Falando referente ao horário da central, das oito às seis. Nesses dois anos, se consegui esse passo, essa acessibilidade, que é muito importante, mas, por exemplo, eu não posso ficar doente depois das seis, pensando nisso, porque eu não tenho vontade de procurar algum atendimento da saúde depois desse horário, porque

---

eu sei que a central vai estar fechada, por exemplo, às sete horas da noite, e eu não vou ter um atendimento adequado. Daí eu já nem vou em algum local, enfim, algum hospital. Eu espero a outra manhã que a central vai estar funcionando para procurar um atendimento. E, às vezes, de noite, a minha filha está doente, só que daí eu não posso esperar, eu tenho que levar em algum local de saúde e eu sou surdo, não é tranquilo para mim chegar em um local, ser atendido, porque os profissionais não têm paciência. Às vezes... Eu agradeço muito a fala da Cristina, que é CODA – *Child of Deaf Adults* – Filho de Adultos Surdos –, então, o que ela passou sendo filha de pais surdos, eles passam também. Ela sabe como é essa dificuldade, ela sentiu na pele. Porque a gente tem muitas barreiras, enfim, coisas urgentes que a gente precisa de atendimento e depende de outras pessoas. Então, por exemplo, muitas vezes, em momentos, a gente depende de pessoas da família para nos apoiarem ou pessoas voluntárias, enfim. A Cristina viveu na pele isso também, ela sabe como é. E o surdo tem essas dores. Acontece muito na área da saúde com vários surdos. E os profissionais se recusam a usar também por videoconferência a Central de Intérpretes. Eu fico muito bravo, eu brigo quando acontece isso, quando a pessoa se recusa que eu acesse a central de forma virtual, porque eu já estou doente. Daí, eu estou preocupado com isso e ainda passo mais nervoso no atendimento. Vocês, ouvintes, não sabem como é isso, porque vocês chegam, são atendidos, todo mundo se comunica tranquilamente em português. E a gente vive isso cotidianamente, durante a vida toda. Então, a principal preocupação deveria ser a questão da central mesmo funcionar 24 horas, porque é uma história que todos os surdos vivem, infelizmente, na área da saúde, essa questão de não ter o atendimento adequado. E eu espero que vocês, vereadores todos, unidos com as instituições representativas, que a gente pense em resolver essa situação. Tu me conheces, tu vês meu trabalho também, e a gente precisa disso urgente, a central funcionando 24 horas para a comunidade surda, para o atendimento adequado, e para os surdos conseguirem acessar esse serviço cada vez mais. Futuramente, pode acontecer de vocês terem um filho surdo ou um neto surdo e vocês vão lembrar do que a gente está falando aqui, dessa fala. Pode acontecer

com qualquer pessoa. Então, é importante se abrir mais espaços de atendimento, de acessibilidade para a comunidade surda e mais momentos. Agradeço a fala de cada um da Mesa e também da Cristina, como CODA, e a cada um de vocês. Seria isso.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Ok. Seguindo aqui a nossa programação, o próximo convidado é o William Tempel, que é o coordenador da Coordenação de Direitos das Pessoas com Deficiência da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano. Eu já tenho uma pergunta para o senhor, se puder incluir na sua fala. Quantos servidores tem nessa central? Servidores públicos de carreira.

**SR. WILLIAM CABRAL TEMPEL:** Servidores atuando na Central de Libras?

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** É. Nenhum servidor?

**SR. WILLIAM CABRAL TEMPEL:** Tu te referes lá na coordenação?

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** É.

**SR. WILLIAM CABRAL TEMPEL:** Na coordenação de carreira?

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** De carreira.

**SR. WILLIAM CABRAL TEMPEL:** Temos apenas dois.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Dois servidores públicos?

**SR. WILLIAM CABRAL TEMPEL:** Temos dois servidores. Bom dia a todos. Meu nome é William Tempel. Estou como coordenador da Coordenação de Direitos

das Pessoas com Deficiência da Secretaria da Inclusão e Desenvolvimento Humano. Acho que todos aqui relataram a dificuldade, bem ilustrada aqui pela Cristina Laguna, pelo Diego, e são falas que nos tocam lá na coordenação. Nenhuma política colocada para implementar na coordenação foi feita pela coordenação. Se teve a intenção, vereadores, de implementar, essa política mesmo e não aconteceu, porque não vem desta Casa, para mostrar a importância que tem a demanda vinda desta Casa para a execução das políticas que o Município hoje tem. Em 2019 ainda, se pensava em fazer a central, já havia até, Ver. Hamilton, o integrante da sua equipe, que tem muito conhecimento na área, o Leonardo Bastianello, começou a ensaiar a Central de Libras. Então não é algo que nós criamos de 2023 para agora. Isso já vem há muito tempo, como nós entendemos que é o pensamento humano, de evolução. Nós estávamos em 2023 com algo que já se pensava lá em 2019, e isso vem andando a passos lentos, mas não compatível com a urgência que nós temos quando nós falamos em acessibilidade. E isso é extremamente importante, na medida que a Ver.<sup>a</sup> Cláudia trouxe aqui um exemplo em relação aos aparelhos, que a deficiência vem também no decorrer da vida. E quando nós pensamos em acessibilidade, a gente pensa que ela é só para pessoas com deficiência. E não é esse, pelo menos o meu entendimento, e da equipe também, que tem pessoas com deficiência na equipe, não é esse o nosso entendimento. A acessibilidade é para todos, vereador. Porque quando nós pensamos em uma cidade acessível, nós pensamos no futuro dessas pessoas, considerando que nós vamos ter uma mobilidade reduzida, considerando que a expectativa de vida vai sendo cada vez maior, mas as deficiências vão acontecer. É inevitável. Então, prepararmos uma cidade acessível é estarmos atentos a essas demandas que são propostas pela Casa e que nos trazem uma bagagem histórica no sentido de melhoria. Eu acho que foi um passo importante, sim, da coordenação, e aqui eu faço um agradecimento especial à equipe, onde eu tenho uma equipe, vereadora, em que pese são dois servidores, apenas dois servidores, o que é uma lástima. Gostaríamos de ter uma memória maior, o que foi antes uma secretaria da pessoa com deficiência, já foi, passou a ser uma direção e agora é uma

coordenação, mas não tira a importância da política. Porque eu fiz parte de todas essas mudanças e eu pude observar que, ainda como coordenação, na atual gestão, ela conseguiu fazer entregas tão importantes, talvez até maiores do tempo em que nós tínhamos uma secretaria municipal, por incrível que pareça. E eu me lembro muito bem, porque eu participei de todo esse processo, até porque, antes, não havíamos dado essa importância para a comunidade surda, nem se debatia isso quando secretaria municipal. Então nós estamos num processo de evolução, e não tenho dúvida de que todos esses relatos que foram trazidos aqui em relação ao atendimento, à truculência no atendimento à saúde, não de forma intencional, mas por ignorância, por falta de conhecimento, todas essas relações, são relações de trabalho, relações humanas, isso precisa ser conscientizado. Eu tenho, dentro da minha secretaria, onde nós trabalhamos em reuniões, tratamos desses assuntos de acessibilidade, enaltecemos a importância da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, eu tenho dificuldade e tenho resistência. Vou ilustrar um momento em que colegas, quando vão fazer algum evento das suas pautas, eu ainda falo, vamos botar o QR Code lá para o atendimento de uma pessoa surda, e ele diz: “Olha, pela quantidade de atendimento, talvez não seja necessário.” Ouvir isso de colegas da tua secretaria, e aí tu tens que conversar, tens que explicar. Então é um processo, gente, não é um problema de governo, é um problema de pessoas, e nós temos que trazer isso. Acho que é um momento de provocação, trazer isso à mesa, levar para as suas áreas de trabalho. Nós, do Executivo, temos esse papel principal de levarmos, nas nossas áreas ali, esse processo de conscientização e trazer a importância desse programa, que foi um programa provocado lá atrás, em 2020 – não é, Ver. Freitas? –, numa reunião, ainda com um pronunciamento muito emocionante do Diego, dando um relato na Câmara, eu lembro muito bem disso, foi quando nós nos engajamos de uma forma que dissemos que temos que botar esse programa aqui. Ele e o Diego expressando a dificuldade que é buscar um atendimento no posto de saúde. E agora nós estamos discutindo não só a questão do acesso ao posto de saúde, mas agora nós estamos discutindo que a acessibilidade tem um condicionante, é o horário.

---

A pessoa surda só pode acessar a unidade de saúde até sexta-feira, sábado não pode ficar doente. Então isso é algo que nós temos que rediscutir, Ver. Freitas, porque o senhor, como Presidente da comissão, em 2023, desta comissão, já levantou esse problema, eu recorde, estive presente. E isso é uma falha da nossa coordenação que vem lutando para a ampliação desse serviço. Nós já tentamos isso, né, Alessandra, modificar o termo de referência, e nós tivemos algumas dificuldades orçamentárias, mas sigo defendendo. E aqui eu acho que é mais um motivo para nós colocarmos isso como justificativa para que essa demanda seja atendida. Nós estamos há dois anos já discutindo isso, eu recorde muito bem, é a mesma pauta. Agradeço muito a proposição do presidente da Frente Parlamentar dos Direitos das Pessoas com Deficiência, porque é sensibilizar para algo que está acontecendo faz dois anos. Olha, no serviço público, nós temos algumas urgências, e, de novo, reitero, elas não atendem as nossas expectativas, porque o tempo parece lá passar mais devagar, mas isso nos angustia. Nós, como equipe, e eu, à frente dessa equipe, vou seguir batalhando e lutando pelo direito das pessoas com deficiência. Contem conosco, todo o programa, ele está sendo redesenhado, nós já discutimos isso com a própria Feneis. Entendemos ainda, vereadores, e isso é importante colocar aqui, que não basta só nós termos a atenção na ampliação do serviço, mas também de valorizar a entidade local que presta um serviço, ainda que de voluntariado, porque extrapola o serviço contratual que nós temos. A Feneis, ela não se mostra apenas interessada no contrato com a Prefeitura, não, eles fazem um trabalho que extrapola o contrato, porque, ainda assim, não prevendo no contrato o atendimento presencial, eles estão lá se dispondo, preocupados com essa comunidade. Então, tem que valorizar a entidade aqui. Se nós formos redesenhar o modelo, eu enalteço a parceria que a entidade tem, e também com as outras entidades que representam a sociedade civil em prol da pessoa com deficiência, nós valorizarmos essas entidades em detrimento de uma licitação, que, de repente, nós estamos buscando o melhor preço, mas não estamos buscando qualidade, porque isso reflete em qualidade de serviço. A economicidade nos serviços públicos, ela também fala sobre qualidade de

serviço, não apenas preço. Temos que enaltecer isso. Agradeço a todos, agradeço o convite, vereadores, e o espaço, e estamos de portas abertas para discutir e melhorar o processo. Obrigado.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Ok, muito obrigada, William. Neste momento, vou passar a palavra para Geórgia Volkmer, representando a área técnica da pessoa com deficiência da Secretaria Municipal de Saúde.

**SRA. GEÓRGIA VOLKMER:** Bom dia, meu nome é Geórgia, sou assistente social e sou responsável técnica pela área da saúde da pessoa com deficiência em Porto Alegre. Acho que eu vou começar respondendo a questão da Ver.<sup>a</sup> Cláudia, que falou sobre a reabilitação auditiva. Sim, a reabilitação auditiva, junto com a reabilitação intelectual, é uma demanda reprimida muito grande. Para chegar na reabilitação auditiva, na verdade, é sempre via unidade de saúde, que entra para a especialidade, e aí entra para o sistema Gercon, esse que é o nosso funil.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. GEÓRGIA VOLKMER:** É uma espera para mais de dois anos, é assim que está acontecendo. Assim, aos moldes também, na nossa reabilitação intelectual também que tem... O que nós temos hoje? É o Cer Santa Ana, que é um centro especializado em reabilitação, ele é habilitado pelo Ministério da Saúde. Com isso, nós temos também, que atendem, mas aí em modalidade única, o Hospital de Clínicas, que atende, no caso, pega mais a parte da pediatria; e o Hospital Conceição, que pega dos 12 anos em diante, também como modalidade única para a reabilitação auditiva. Mesmo assim esse número, para as demandas, não chegam, pelo número que é ofertado, de vagas ofertadas. Estamos trabalhando nisso. É importante salientar, e aí a gente já aproveita o foco, que a gente tem o Plano Municipal de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, que ele está

---

findando agora em 2025. A gente já tem um grupo de trabalho para começar a pensar de 2026 em diante, os próximos quatro anos. Nesse plano de trabalho, está incluída a questão da abertura de novas vagas. Inclusive, nós temos, dentro do SME da Prefeitura, que é o Sistema de Monitoramento Estratégico, que esse é o ponto principal e, dentro do Plano Municipal de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, também. Nesse plano atual, nós tínhamos como uma das metas, são 48 metas, a questão da implantação da Central de Libras na área da saúde. Como uma primeira parte, eu coloquei lá que foi realizado, o que aconteceu. A Central de Libras não é específica da saúde, é para todo o Município através da SMIDH. Então, o que eu fiz? Já estou até pensando o seguinte: que, com certeza, vai ser uma das metas para o próximo plano, pelo menos, eu vou propor, porque tem um grupo condutor que vai ser realizado, para a gente conseguir pensar sobre esse plano, que vai ser justamente colocar a qualificação desse atendimento. Porque, *ok*, foi implantado, foi implementado, mas a gente tem que qualificar isso agora. Isso a gente sabe através de vários dados, porque, embora junto com a Central de Libras a gente tenha feito algumas capacitações, a gente tem na área da saúde quatro coordenações – Norte, Sul, Leste e Oeste – e cada coordenação é responsável pela área da saúde; então nós levamos a Central de Libras lá, a gente fez uma fala, que eu entendi que foi muito positiva, porque as pessoas... É cultural, as pessoas ainda têm esse entendimento de que o bilhete serve, de que a mímica resolve, e não precisa... Eu até fui criticada em alguns momentos, porque eu resolvi esperar, porque alguns servidores da saúde me perguntaram quando é que ia sair um curso de Libras para servidores. Eu, logo no início, quando eu entrei na área, eu fiquei assim, “Ah, interessante, vou botar ali como é que nós vamos...” Mas aí, entendendo melhor o processo, a gente fica pensando até que ponto fazer um curso básico de Libras, para uma área tão importante como a saúde, vai realmente estar... Porque curso de Libras para pessoas que estão começando do zero, não vai te ajudar a apoiar. Eu sempre brinco também que é como eu, com o meu péssimo inglês básico, tentar me comunicar com um americano. Em se tratando de saúde, se eu tivesse que falar hoje com o médico americano, com

o meu inglês péssimo, como é que seria? Eu consigo falar algumas palavras, eu consigo dizer onde está doendo, mas eu consigo entender o que o médico vai falar para mim depois? Como é que eu tenho que executar, como é que eu tenho que tomar essa medicação, como é que eu tenho que me cuidar? Eu entendo que tal e tal exame realmente vão ser necessários para mim, ou eu só vou estar dizendo...? Eu gostaria de entender, só que, com o meu inglês péssimo, eu não ia conseguir. Eu coloco isso como exemplo para as pessoas, para os servidores que estão na ponta. Então, acho interessante, sim, seria um grande apoio no futuro, pelo menos para essa conversa inicial, mas na hora de sentar frente a frente com o médico, para entender o que está acontecendo com a pessoa, tem que ser um profissional. E um profissional que saiba justamente a questão do sigilo profissional, que entenda todas as condições, sou defensora disso.

É isso, tem alguns casos pontuais, sim, que a gente tenta resolver dentro do Pronto Socorro, eu tenho conversado bastante com a Alessandra, no Posto Modelo também estou aguardando uma agenda para a gente poder fazer. A gente já teve essas capacitações, mas a gente entendeu, por exemplo, que na Unidade Modelo a gente precisa conversar ainda mais proximamente, porque tem uma comunidade ali – porque ela pega a região central de Porto Alegre – e a gente precisa conversar, estou esperando uma agenda, porque a gente sabe que parar para fazer uma capacitação, às vezes, é tirar o profissional do atendimento. Então, tem uma questão de agenda, que lá em março, quando veio a primeira reclamação, tinha uma questão da dengue no município de Porto Alegre. Agora me pediram, quem sabe, em julho fazer essa agenda. Eu disse que vamos tentar nos organizar, porque tem a questão também agora das dificuldades respiratórias, que as pessoas estão procurando muito a unidade de saúde para isso. Realmente, minha preocupação é: sim, eu quero fazer uma capacitação, eu quero fazer uma sensibilização, mas eu também estou tentando fazer com que a forma como eu vou levar não seja uma obrigação para quem está ouvindo, eu quero que as pessoas se interessem pela pauta. Porque, quando a gente levou para as gerências, logo no início tinham me dado 15 minutos, aí a gente chorou 20 minutos, o interesse dos servidores depois foi

muito grande, eram perguntas, então algo que era para ser de 15 minutos passou de meia hora a 40 minutos, porque foi algo interessante, foi algo lúdico, as pessoas estavam interessadas, e essa sensibilização, eu vi resultados – não sei se daí a Central de Libras também percebeu. Eu mandei também fazer cartazes para colocar, e eu fiz ampla distribuição para as unidades de saúde, é claro que, uma vez ou outra, é um cartaz que cai, tem umidade, porque é papel. Eu não fiz questão de colocar pensando numa coisa fixa, uma vez que, daqui a pouco, é um telefone, é um celular que pode mudar, como lá no início do contrato, acho que mudou o telefone. Mantive esse papel, um papel cartaz durinho, mas, de vez em quando, a gente tem que ter essas trocas. Então é isso; agradeço.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** O Ver. José Freitas quer fazer uma pergunta.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Quero parabenizar o William, que eu conhecia há alguns anos, e pessoas assim como o William e como a Geórgia são o que eu sempre digo que nós precisamos ter dentro dos órgãos públicos, pessoas com sensibilidade e pessoas que queiram, realmente, ajudar. Então, parabéns para ambos. Eu queria fazer uma pergunta para a Geórgia: qual é a possibilidade de vocês abrirem para as responsáveis da CIL aí, vocês fazerem, por exemplo, reuniões com técnicos ou com responsáveis de várias regiões, de todas as regiões de Porto Alegre, para que chegue a todos os servidores da saúde a existência da CIL? Porque, como foi colocado aqui, a gente sabe que nem todos têm ciência da existência da CIL. Então, uma questão é a divulgação de cartazes, enfim, que nem todos os postos têm o QR Code lá. Isso é uma coisa que eu estou pedindo aqui a tua ajuda, que você pode levar para os responsáveis. Já coloquei lá em algumas reuniões dentro da Secretaria de Saúde, mas estou reforçando contigo aqui. Então, que tenham o QR Code em todos os postos de atendimento. E para reforçar mais ainda, de repente, uma reunião com os responsáveis da CIL, principalmente com os chefes de todas as

áreas de Porto Alegre, para levar ao conhecimento dos servidores a existência da CIL. Era isso. Obrigado.

**SRA. GEÓRGIA VOLKMER:** Então, a distribuição desses cartazes é justamente com o telefone, fazendo um informativo. Quando a gente foi fazer essa capacitação junto com a Central de Libras, a gente já orientou que dessem preferência para a colocação desse cartaz na recepção da unidade de saúde. Entreguei também não só para as unidades de saúde, mas a coordenação, as coordenadorias de saúde. E essa reunião que nós fomos é com todos os gerentes de unidades, foi distribuído para todos. Como eu disse, às vezes acontece de cair. E o que acontece muito também na unidade de saúde, que é isso que a gente está tentando organizar, fazer um cronograma, é que a gente sabe que existe muita troca de servidores, uma vez que tem nossas parcerias. Então, aqueles lá do ano passado, daqui a pouco, não são os que estão hoje atuando – isso também é uma dificuldade. E a gente entende também que, pelo menos nessas grandes unidades, ao exemplo do Modelo que é voltado para a família, que abarca algumas especialidades, que é um pouquinho maior que a unidade de saúde, conseguir fazer uma capacitação lá. Então, eu já pensando nisso, que o Modelo foi um problema, ou que teve uma dificuldade, digamos assim, que houve uma dificuldade maior, na hora do profissional chamar a Central de Libras, fazer isso em outras coordenadorias. Por exemplo, lá na Restinga, que é um polo um pouquinho maior, no IAPI, para poder levar. E uma das coisas também que está no meu radar, mas que é também uma dificuldade de agendas, é com os hospitais e as emergências. Porque também já teve apontamentos, principalmente pela urgência de fazer o atendimento, pela pressa de fazer o atendimento, de chegar alguém no guichê e dar esse atendimento, aquele profissional que está ali na recepção, às vezes, não consegue o tempo para parar para isso. Então, por exemplo, em alguns locais, a gente conseguiu fazer o entendimento de que, nesses casos, quando chega uma pessoa surda e que precisa relatar um pouco mais do que simplesmente ali o sintoma que está acontecendo, porque, às vezes, ainda mais em casos de saúde mental, tem uma

questão social envolvida. Então, por exemplo, ali no PAM-3, a gente viu a questão de, quem sabe, a gente coloca para o assistente social fazer essa chamada com calma, com tempo, para conseguir entender todo esse processo. Parece-me que deu resultados. Claro que, de vez em quando, coisas pontuais também, pela questão do plantão, de quem muda. Mas, a princípio, são coisas que a gente está tentando acertar o passo. Tem dois anos, a gente sabe que dois anos são importantes, mas a questão da mudança de mentalidade, de cultura das pessoas é algo que a gente tem que ficar marcando. E, constantemente, a gente se vê – não é, William? – como educadores, inclusive dos próprios colegas. Então, também me coloco nesse papel muitas vezes.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Ok. O William também gostaria de fazer uma pergunta?

**SR. WILLIAM CABRAL TEMPEL:** Só para complementar o questionamento do Ver. Freitas em relação ao que tem sido feito pelo Executivo, no sentido de publicizar o QR Code, as informações da CIL. Isso é objeto, vereador, do pedido de providência expedido pelo senhor, o 1464/2025, para que o Município esclareça o que tem sido feito para fazer esse processo de educação com os servidores, para utilização dos serviços. Então, quero adiantar, vereador, que, lá da secretaria, nós tomamos a frente do pedido de providência e encaminhamos para a saúde, encaminhamos para todas as secretarias com serviços de ponta no Município, para que os gabinetes encaminhem para as equipes técnicas, para que essas equipes técnicas, então, tomem providências. Na nossa secretaria, então, na SMIDH, nós estamos em reunião com as coordenações das diversas áreas dentro da secretaria, para que os serviços então tenham conhecimento e tenham essa instrução com a participação da CIL. Então nós estamos agendando isso para que, dentro da Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Humano, nós possamos, junto com a CIL, ter esse momento em que a CIL pode estar lá presencialmente explicando para os servidores, para aqueles que têm atendimento de ponta, para poder divulgar o serviço.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** *Ok, a Alessandra também pediu um momento de fala.*

**SRA. ALESSANDRA DA ROSA GOULART:** Novamente, para falar sobre essa questão do conhecimento, da mudança de cultura. A gente tem grandes parceiros, posso contar sempre com a Geórgia, sempre quando tem uma intercorrência muito grave, a gente aciona e a Geórgia é sempre muito solícita, vai lá e tenta fazer essas questões para resolver, principalmente os assuntos que são problemáticos mais de imediato. E quando a gente fala sobre a questão da formação, da conscientização, o quanto é importante, porque, sim, teve um resultado, quando a gente conversou, no ano passado, a gente foi presencialmente a alguns locais, conversou com os representantes, com as gerências, teve ali uma mudança. Entretanto é muito necessário ampliar isso cada vez mais, e não só fazer as formalizações por *e-mail*, mas ter essas reuniões presenciais com a presença da própria central. Até porque, quando está a central junto, sempre tem um representante da comunidade surda, uma pessoa surda para trazer a sua realidade. Acho que nada mais importante do que ter... A Feneis, a CIL sempre trazem a importância do sujeito surdo nesse espaço, do lugar de fala dele, assim como está o Diego aqui trazendo a importância do que é vivenciado. Porque a gente traz bastante todas essas questões técnicas, os levantamentos, os gráficos, o gargalo da dificuldade, as intercorrências, mas quando a pessoa entende e vê essa pessoa surda ali nesse lugar, ouve ela, entende que a gente está falando de uma questão de língua, uma questão de língua que, com certeza, que as pessoas veem as intérpretes traduzindo, e é uma língua visual, a gente não consegue fazer essa ligação de que é uma outra língua, que sim, se tu não tens um inglês, um espanhol avançado, a gente não vai estar assistindo, a gente vai estar precisando de um tradutor. E na língua de sinais a gente precisa do profissional, sim.

E eu preciso também contemplar uma outra questão, fazer uma pequena correção: três mil atendimentos a CIL fez no seu primeiro ano de atendimento.

Então, a gente está no segundo ano de atendimento, a gente está em seis mil atendimentos que foram realizados.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Ok. O Ver. José Freitas, quando fez a sua manifestação inicial, disse que tinha saudade da reunião da COSMAM, porque realmente é uma comissão muito atuante, e eu sinto que a cada terça-feira surgem temas diversos, e é uma aula, é uma escola, a gente aprende muito. Essa pauta realmente requer muita sensibilidade, muito respeito e muito foco na atuação, para que a gente possa encaminhar e resolver algumas coisas. Então, quero passar a palavra aqui para o Ver. Hamilton, que é o proponente desta pauta, para fazer os encaminhamentos finais.

**VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE):** Obrigado, Presidente Tanise. Eu quero aqui agradecer e parabenizar, porque, como disse a Ver.<sup>a</sup> Tanise, nessas nossas pautas da COSMAM nós aprendemos muito, e tudo que vem para cá são provocações para que a gente possa melhorar. E eu quero deixar aqui três encaminhamentos, um deles é, vou dizer de forma literal, porque depois a gente vai apresentar, através da COSMAM, quase metade dos atendimentos realizados representam a área da saúde. Sendo assim, quero sugerir, via COSMAM, um indicativo ao Município para atendimentos presenciais em postos de saúde e hospitais. Outro encaminhamento também é o modelo da inclusão, que merece a ampliação e o fortalecimento. Sendo assim, nós sugerimos, através da COSMAM, um encaminhamento ao Município para a ampliação dos dias e horários de atendimento para os finais de semana, que foi já falado aqui pelo Ver. José Freitas, foi citada a importância, o próprio Diego citou. E o outro encaminhamento também, aí para a Mesa Diretora, a Câmara, é sobre o Legislativo ter uma central de interpretação de libras para atender no plenário – já foi pedido isso, inclusive o Ver. Oliboni falou que é uma lei de 2018. Então, pedimos que, através das bancadas, para a Mesa Diretora e reforçar que, atualmente, a Câmara só disponibiliza o serviço na transmissão ao vivo pela TVCâmara, que já ajudou bastante, mas não é o suficiente. Então, eu queria

deixar esses três encaminhamentos. E, aqui, não posso deixar de agradecer pelo trabalho sempre muito efetivo do William, que a gente já conhece há bastante tempo; também da Geórgia, e o trabalho muito, eu diria assim, de muita dedicação da CIL, parabenizar pelos dois anos, e também à Feneis, que tem, desde 1987, feito esse trabalho. Da minha parte, muito obrigado por ter nos dado o privilégio e a oportunidade de não só poder ajudar, mas também conhecer e aprender mais sobre essa área tão importante da nossa sociedade e também da saúde.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Ok. Os vereadores da Mesa concordam com os encaminhamentos? Salientar que a Ver.<sup>a</sup> Atena Roveda também está conosco, bem-vinda. A senhora quer fazer algum complemento do encaminhamento?

**SRA. ALESSANDRA DA ROSA GOULART:** Encaminhamento, sim. A gente falou sobre o aumento da quantidade de horas de atendimento. Eu acredito que tem que pensar em uma formação continuada e também, principalmente, no material que é publicado em rede social, em televisão, que seja também com a janela de intérprete de Libras. Tudo o que é divulgado, que é falado sobre o período de vacinação, gripe, a gente tem que ter esse material acessível, porque o que a CIL acaba fazendo? Vem esse material que, muitas vezes, a pessoa surda quer entender melhor o período de vacinação, a promoção que é dada, a gente pega e faz a tradução, que também não contém o nome, mas a gente faz a tradução para essa comunidade para poder informar. Só que não é formal, porque precisa já estar a janela nesse mesmo momento. Então, ter esse material de mídia também traduzido com janela de Libras.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Algum vereador gostaria de se manifestar? Está anotado aqui registrados os encaminhamentos.

**SR. DIEGO SILVA DA SILVA:** (Pronunciamento em Libras com auxílio da intérprete Sra. Luciana Côrte Real.) Então, Diego Silva, representante da comunidade surda. Eu vendo a fala de cada um, eu penso que existe lei, a gente discute sobre isso, mas, na prática, tudo demora. Eu sei como é – eu trabalho com o José Freitas – e tudo leva tempo, tem que haver fiscalização, tem que haver vontade, e tudo leva tempo. Então, foi uma demora até se conseguir a central, mas é um primeiro passo se ter a CIL. Mas eu lembro também que foi um período bem longo até se conseguir praticar de fato.

E, só para complementar uma questão, por exemplo, os médicos. Quando uma criança surda vai ao médico, muitos médicos encaminham para que ela coloque o implante coclear, por exemplo, use aparelho auditivo para ter a capacidade de se desenvolver melhor. Eu passei por isso na pele, e eu não tenho implante coclear, eu tenho a identidade de surdo, enfim, e eu estudei em escola de surdos, mas eu vejo muitas crianças que têm o implante por questão do médico ter encaminhado, como sendo o melhor, só que eles não se desenvolvem adequadamente, eles acabam conseguindo se desenvolver melhor utilizando a Libras, e muitos acabam abandonando o aparelho, o implante, no caso. E não é só um caso, tem muitos surdos implantados que realmente guardam o implante, não utilizam, porque não conseguem se desenvolver adequadamente, e se desenvolvem a partir da Libras, da língua de sinal mesmo. Identificam-se, enfim, conseguem se desenvolver plenamente. Então é importante que os médicos deem a orientação de que existem vários caminhos, ninguém está proibido de nada, mas que se entenda que a língua principal da comunidade surda é a Libras, e havendo o intérprete, a presença do intérprete, existindo acessibilidade, ele consegue se desenvolver plenamente.

E eu tenho direito, como surdo, eu voto, eu pago imposto como qualquer pessoa, eu tenho direito à acessibilidade da minha língua, onde eu moro, enfim. Então é preciso que haja esse respeito também com a língua de sinais, com a identidade surda, que não se encaminhe sempre para o viés da normalização, de colocar o surdo como uma pessoa que escuta com implante. Então tem que haver esse modelo de fiscalização, de luta, como o José Freitas, o William, a Geórgia, todo

mundo que esteja junto nessa causa, e todos os vereadores aqui presentes, que haja esse esforço em respeito à língua de sinais, que é a língua da comunidade surda, e que seja valorizado isso e entendido isso. Não buscando sempre esse aspecto médico de encaminhar para essa outra área.

**PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Mais alguma consideração aqui da Mesa? Então vamos encerrar nossa reunião, agradecendo a presença de todos, e tenham todos um bom dia.

(Encerra-se a reunião às 11h32min.)

TEXTO SEM REVISÃO